

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026
NÍVEL SUPERIOR

01127 – ANALISTA LEGISLATIVO - SERVIÇO SOCIAL – TIPO B

Frase: Busca por transparência fortalece instituições.

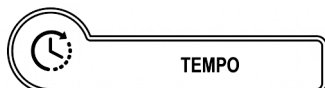
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

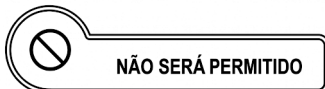
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



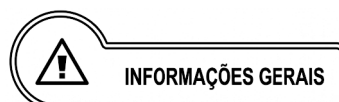
TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e das questões discursivas para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Farmar Aura: Pertencimento e juventude na Era Digital

Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso. Pois bem. A expressão combina um termo usado pelos jogadores ou *gamers* (farmar, vem do verbo em inglês *to farm*, cultivar em uma fazenda, mas nos jogos é usado como sinônimo de acumulação de recursos), somada a uma palavra ligada ao campo do simbólico (aura, ou atmosfera transmitida por alguém), revelando muito mais do que uma simples brincadeira. Ela oferece uma oportunidade para compreendermos como a linguagem se transforma, como os grupos sociais constroem identidades coletivas e como as novas gerações produzem seus próprios códigos culturais.

As gírias podem ser consideradas como sinais de empobrecimento da língua, mas representam um fenômeno complexo e profundamente humano. São manifestações da criatividade linguística, da necessidade de pertencimento e dessa renovação cultural da sociedade. Nas redes digitais, percebe-se o fluxo contínuo de novas palavras, expressões e significados.

Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso. Porque ela não só descreve a realidade, mas participa da sua construção.

O filósofo e teórico russo Mikhail Bakhtin defendia que toda palavra nasce em um contexto social e carrega marcas dos seus interlocutores. Para ele, a linguagem é dialógica, a partir de diferentes vozes, perspectivas e experiências. É necessário compreender quem fala, para quem fala e o contexto da fala. Nenhuma palavra é neutra, todas trazem valores, memórias e significados.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender por que as gírias estão sempre surgindo. Elas não são desvios da língua, são criações de novos sentidos para acompanhar os novos tempos e as transformações sociais. Quando jovens utilizam expressões como “farmar aura”, não estão apenas criando uma moda passageira; estão criando um discurso com elementos da cultura digital desse tempo de jogos eletrônicos e das redes sociais; criando expressão que comunicam experiências.

As gírias sempre existiram. Cada geração desenvolveu seu próprio repertório: bacana, legal, maneiro, massa ou irado foram, em algum momento, expressões específicas de grupos e tribos. O que mudou nas últimas décadas foi a velocidade que circulam essas novidades. Antes, uma gíria podia levar anos para se espalhar por uma região ou país, mas atualmente, uma expressão criada no meio virtual pode se difundir em questão de dias.

As plataformas digitais funcionam como laboratórios permanentes de criação linguística. Influenciadores, criadores de conteúdo, jogadores, músicos e usuários comuns produzem diariamente novas palavras que circulam em vídeos, memes, comentários e mensagens instantâneas. As palavras estão vivas, se reinventando a cada geração, ganhando novos significados de acordo com as mudanças culturais e tecnológicas. Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém, e por aí vai. A linguagem contemporânea está rápida e dinâmica, o que reflete a própria velocidade das interações digitais.

Minha compreensão desse fenômeno não vem apenas da leitura de autores que estudam a linguagem. Ela também nasce da convivência cotidiana com meu filho Matias, de 12 anos. Foi por meio dele que ouvi pela primeira vez expressões como “farmar aura” e tantas outras que surgem e desaparecem com rapidez nas redes sociais.

Num primeiro momento, essas expressões podem soar estranhas para quem pertence a outra geração. Porém, ao observá-las mais atentamente, percebi que elas cumprem uma função importante na construção das relações entre os adolescentes. Mais do que palavras, elas representam formas de acolhimento, reconhecimento, pertencimento e compartilhamento de experiências. Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais. Os jovens se identificam entre si, constroem referências comuns e expressam suas vivências nesse mundo conectado virtualmente.

Essa experiência em casa me levou a compreender que, muitas vezes, os adultos podem observar as transformações da linguagem com desconfiança, quando talvez deveriam enxergá-las também como oportunidades para compreender melhor essas novas gerações. Em vez de representar uma ameaça à língua, percebemos que a invenção de novas expressões revela a criatividade e a vitalidade da cultura juvenil.

A linguagem desempenha papel fundamental na adolescência, que é um período marcado pela busca de identidade. Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem. Quando adolescentes utilizam as mesmas gírias, buscam identificação, demonstram familiaridade com um conjunto comum de referências culturais. Funciona como uma espécie de senha simbólica que comunica esse pertencimento a um grupo.

Além disso, as gírias fortalecem vínculos afetivos. Piadas internas, memes e formas específicas de falar criam um sentimento de proximidade que favorece a formação de amizades e comunidades, construindo laços sociais. Entretanto, a linguagem não é apenas um instrumento de integração. Ela também pode produzir distinções e exclusões.

Nesse âmbito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu demonstrou que diferentes formas de falar possuem valores distintos dentro da sociedade. Segundo ele, existe aquilo que chamou de capital linguístico: determinadas maneiras de se expressar são mais

valorizadas socialmente do que outras. Essa reflexão ajuda a compreender por que algumas gírias são celebradas enquanto outras são estigmatizadas. Muitas vezes, os julgamentos sobre a linguagem não estão relacionados à qualidade das palavras em si, mas aos grupos sociais que as utilizam.

Ademais, as próprias gírias podem funcionar como mecanismos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os mesmos códigos, podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece. Assim, a linguagem revela-se um espaço de negociação constante entre identidade, poder e reconhecimento social.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. Segundo Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, as gírias juvenis não devem ser vistas apenas como fenômenos da linguagem, mas como expressões de uma geração que busca interpretar sua realidade e construir formas próprias de comunicação. Ao criar novas palavras, os jovens não estão apenas modificando a língua. Estão também produzindo novas maneiras de compreender suas relações sociais, seus valores e suas experiências no mundo.

As gírias constituem muito mais do que modismos passageiros. Elas revelam processos profundos de transformação cultural, construção de identidade e interação. Expressões como *farmar aura* demonstram como a linguagem acompanha as mudanças tecnológicas e culturais de cada época, incorporando referências dos jogos eletrônicos, das redes sociais e da vida digital. Ao mesmo tempo, mostram como os jovens utilizam a criatividade linguística para fortalecer vínculos, construir pertencimento e expressar novas formas de ver o mundo.

Autores como Bakhtin, Bourdieu e Paulo Freire ajudam a compreender que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.

Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade. Afinal, uma língua viva é aquela que continua sendo criada por seus falantes. E, nesse processo permanente de invenção, cada geração deixa sua marca na história da linguagem.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/farmar-aura-pertencimento-e-juventude-na-era-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2026. Adaptado.

1. A respeito da função coesiva que o termo “segundo” desempenha em 1 e em 2 a seguir, marque a alternativa correta.

“**Segundo**¹ o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. **Segundo**² Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.”

- (A) O termo “segundo” em 1 apresenta função interparagráfica por introduzir a autoridade de Paulo Freire como base argumentativa do texto, enquanto o “segundo” em 2 desempenha função intraparágrafa de retomada anafórica, atuando apenas como recurso de reforço estilístico sem impacto na coesão estrutural do período.
- (B) O termo “segundo” em 1 atua como elemento de coesão intraparágrafa, introduzindo uma moldura enunciativa de autoridade para o enunciado subsequente, enquanto o “segundo” em 2 retoma o mesmo referente no interior do parágrafo, reforçando a coesão interna sem estabelecer conexão interparagráfica relevante.
- (C) O termo “segundo”, em ambos os casos, atua como operador argumentativo de alcance interparagráfico, estabelecendo relação de citação de autoridade que organiza a progressão global do texto, vinculando as informações ao discurso do autor citado e orientando a interpretação de todo o conjunto textual.
- (D) O termo “segundo”, nas duas ocorrências, exerce função exclusivamente referencial, sem valor coesivo, funcionando apenas como marcador de autoria, sem interferir na progressão argumentativa ou na organização sintática do período.
- (E) Os empregos de “segundo” em 1 e em 2 constituem operadores argumentativos de valor interparagráfico, responsáveis por articular blocos textuais distintos e garantir a progressão temática entre parágrafos, funcionando como elementos de retomada e expansão do ponto de vista do autor Paulo Freire.

2. “Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais.”

Desempenha a mesma função sintática do termo realçado anteriormente, o trecho destacado em:

- (A) “[...] mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.”
- (B) “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas.”
- (C) “E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”
- (D) “[...] podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece.”
- (E) “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

3. Tendo por base a oração “As gírias sempre existiram”, aponte a alternativa correta, dentre os itens a seguir, acerca da norma-padrão do processo de concordância verbal.

- (A) Há de poderem haver sempre gírias.
- (B) Hão de existir sempre gíria.
- (C) Há de haver sempre gírias.
- (D) Há de existirem sempre gírias.
- (E) Hão de haverem sempre gírias.

4. “Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso.”

A respeito das relações sintáticas estabelecidas entre as orações do período antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “que ela é muito mais do que isso” exerce a função de complemento nominal do substantivo **ideia**, enquanto a oração iniciada por **por mais que** exprime condição.
- (B) A oração “para transmitir informações” subordina-se à oração principal, exprimindo a finalidade da ação de **demonstrar**.
- (C) A oração “que ela é muito mais do que isso” subordina-se diretamente à oração concessiva, estabelecendo com ela uma relação de conclusão.
- (D) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” completa o sentido do substantivo **ideia**, integrando a oração concessiva; por sua vez, a oração reduzida “para transmitir informações” exprime a finalidade atribuída ao termo **instrumento** mencionado na oração anterior.
- (E) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” subordina-se diretamente à oração principal, exercendo a função de objeto direto do verbo **existir**.

5. “Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”

Acerca da formação do vocábulo farmar, é correto afirmar que:

- (A) O vocábulo farmar resulta de um processo de lexicalização de um empréstimo linguístico, em que uma base inglesa é integrada ao sistema verbal do português por adaptação morfológica, constituindo, assim, um neologismo lexical.
- (B) O vocábulo farmar exemplifica um caso de hibridismo, uma vez que resulta da combinação de elementos pertencentes a línguas distintas na formação de uma única palavra.
- (C) O emprego de farmar caracteriza um processo de siglificação, pois transforma uma unidade lexical estrangeira em uma forma pronunciável e adaptada ao português.
- (D) O vocábulo farmar constitui um neologismo lexical e semântico, pois, além de introduzir uma nova unidade vocabular no português, amplia o significado já existente do radical farm-, adaptando-o ao contexto dos jogos eletrônicos.
- (E) No contexto em que é empregado, farmar exemplifica um caso de braquissmia contextual, pois seu significado é recuperado pela situação comunicativa, correspondendo ao sentido originalmente atribuído ao verbo no inglês.

6. “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

Atente-se à estrutura da palavra vitalidade para indicar o item correto a seguir.

- (A) O fenômeno da alomorfia em *vitalidade* ocorre no radical vit-, que se expande para vital- em razão de interferência morfofonológica condicionada pelo sufixo -idade, caracterizando um ajuste sonoro entre base e afixo na formação do vocábulo.
- (B) O sufixo -idade é um alomorfe de -al, pois ambos atuam na derivação de palavras abstratas, sendo responsáveis pela transposição de substantivos em adjetivos por meio de adaptação fonológica regressiva.
- (C) A palavra *vitalidade* resulta de um processo de aglutinação, no qual ocorre apagamento de segmentos intermediários, por interferência morfofonológica e consequente reorganização do radical lexical.
- (D) A palavra *vitalidade* apresenta estabilidade morfológica na base lexical em relação à raiz vid- e não alomorfia, pois o radical vit- mantém sua forma invariável em todas as derivações do português, como se observa em *vitalismo* e *vitalina*.
- (E) O segmento -al- em *vitalidade* constitui um alomorfe do sufixo -idade, uma vez que ambos exercem a função de derivar substantivos abstratos a partir de bases adjetivais, havendo redução morfofonológica do sufixo em contextos específicos.

7. “Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem.”

Como em “a qual grupo pertencem”, a relação regencial também respeita a norma-padrão na alternativa:

- (A) O cargo que ele mais aspirava acabou sendo ocupado por outro candidato.
- (B) A cidade na qual chegaram estava sem iluminação pública.
- (C) Seus relatos implicam em que circunstâncias tudo ocorreu.
- (D) A moça a cuja mãe me referi foi minha aluna.
- (E) O projeto que mais confiávamos foi arquivado antes da votação.

8. “Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém.”

Acerca da estrutura sintática das orações do período em voga, marque a alternativa correta.

- (A) As construções “rejeitar publicamente alguém”, “espalhar um conteúdo rapidamente na internet” e “investigar as redes sociais de alguém” exercem função de objeto direto oracional dos verbos “virar” e “ser”, por ter função integrante próprias de complementos.
- (B) Os infinitivos presentes no trecho introduzem orações subordinadas substantivas subjetivas reduzidas de infinitivo.
- (C) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem simultaneamente as funções de sujeito e de predicativo do sujeito, em razão de sua natureza nominal.
- (D) A substantivação do infinitivo impede que ele mantenha propriedades verbais, razão pela qual os termos “alguém”, “um conteúdo” e “as redes sociais de alguém” não exercem função sintática em relação aos infinitivos.
- (E) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem a função de sujeito das respectivas orações, ao passo que os infinitivos “rejeitar”, “espalhar” e “investigar” são os núcleos das orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de predicativo do sujeito.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: **C = Z N E O**.

I. [...] o educador brasileiro Paulo Freire também oferece contribuições valiosas para essa discussão.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. [...] Resolveram os alunos as questões?

- (A) C = N Z E O.
- (B) C = Z N O E.
- (C) C = N Z O E.
- (D) C = N O Z E.
- (E) C = Z O N E.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, indique a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática canônica seguinte deve ser representada graficamente.

“[...] gírias fortalecem vínculos afetivos.”

- (A) ◆ ← ● ← ★ ← ◎
- (B) ◎ ← ★ → ● ← ◆
- (C) ★ ← ◎ → ● ← ◆
- (D) ◎ → ★ ← ● ← ◆
- (E) ◎ → ★ → ● ← ◆

Noções de Informática

11. Uma equipe administrativa de um órgão público mantém documentos institucionais armazenados em uma estrutura hierárquica de diretórios compartilhados. Para facilitar o acesso a relatórios frequentemente utilizados, os servidores criam atalhos em diferentes locais do sistema operacional, evitando a duplicação desnecessária de arquivos e reduzindo o consumo de espaço de armazenamento.

A organização adequada de arquivos, pastas e atalhos constitui uma prática essencial para a gestão eficiente da informação em ambientes computacionais. Em sistemas operacionais modernos, a distinção entre o objeto original e os mecanismos de acesso a ele influencia diretamente atividades de armazenamento, movimentação e manutenção de documentos.

Considerando os conceitos de arquivos, diretórios e atalhos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao uso de atalhos.

- (A) Um atalho corresponde a um arquivo executável autônomo capaz de reconstruir integralmente o conteúdo do recurso associado quando este for removido.
- (B) Um atalho consiste em um elemento de referência que aponta para um objeto existente, permitindo acesso ao recurso sem representar uma cópia integral de seu conteúdo.
- (C) Um atalho corresponde a uma réplica sincronizada do arquivo original, preservando permanentemente os dados mesmo após a exclusão do recurso referenciado.
- (D) Um atalho representa um diretório especial utilizado para armazenar versões históricas de documentos, mantendo independência em relação ao arquivo associado.
- (E) Um atalho constitui um mecanismo de compactação automática que reduz o tamanho do arquivo original sem alterar sua localização lógica no sistema.

12. A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado o uso de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Em processos administrativos eletrônicos, contratos, pareceres técnicos e despachos podem ser assinados e armazenados digitalmente, reduzindo custos operacionais e aumentando a rastreabilidade dos atos administrativos. Para que tais documentos possuam validade jurídica e técnica, mecanismos criptográficos são empregados para garantir propriedades específicas de segurança da informação. Considerando os conceitos de assinatura digital e os princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade técnica proporcionada pelo mecanismo de assinatura digital em um documento eletrônico.

- (A) Eliminar a necessidade de mecanismos complementares de autenticação em sistemas corporativos que utilizem certificados digitais.
- (B) Garantir que o conteúdo permaneça armazenado em ambiente criptografado, independentemente do sistema utilizado para sua transmissão ou arquivamento.
- (C) Possibilitar a verificação da autoria e da integridade do documento, permitindo identificar alterações realizadas após o processo de assinatura.
- (D) Assegurar que somente usuários previamente autorizados consigam visualizar o documento, mesmo quando armazenado em repositórios públicos.
- (E) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por meio da aplicação automática de controles de acesso baseados em certificados.

13. Em processos de inteligência organizacional, planilhas eletrônicas são frequentemente utilizadas para consolidar informações provenientes de múltiplas fontes de dados. No ambiente corporativo e governamental, tornou-se comum a importação de conjuntos de dados externos, seguida de operações de transformação, classificação, filtragem e análise automatizada. As versões mais recentes do Microsoft Excel incorporam recursos capazes de estabelecer conexões com arquivos, bancos de dados, páginas web e outros repositórios, permitindo a atualização periódica das informações sem necessidade de redigitação manual.

Considerando os recursos de obtenção e tratamento de dados disponíveis no Microsoft Excel M365, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada à importação de dados externos para uma planilha.

- (A) A classificação de registros importados somente pode ser realizada após a conversão integral dos dados em tabelas dinâmicas vinculadas à fonte original.
- (B) A importação de dados externos converte automaticamente todas as informações obtidas em valores estáticos, impossibilitando qualquer atualização posterior da origem consultada.
- (C) A obtenção de dados externos exige que todas as informações sejam previamente convertidas para o formato XLSX, independentemente da tecnologia utilizada na origem.
- (D) A atualização de dados provenientes de fontes externas depende exclusivamente da execução de macros VBA, não podendo ser realizada por recursos nativos da plataforma.
- (E) A conexão com fontes externas permite recuperar dados periodicamente a partir da origem configurada, preservando regras de transformação definidas durante o processo de importação.

14. A utilização de serviços digitais no setor público e privado depende do funcionamento integrado de diversos protocolos da Internet. Embora o usuário normalmente interaja apenas com navegadores e páginas web, existe uma infraestrutura lógica responsável pela localização de recursos, estabelecimento de conexões e transferência segura de informações entre dispositivos distribuídos em diferentes redes.

Durante o acesso a um portal institucional por meio do endereço eletrônico <https://www.exemplo.gov.br>, diferentes componentes participam do processo de localização e disponibilização do conteúdo solicitado ao usuário. Considerando os conceitos de URL, protocolos e serviços da Internet, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função associada a um desses componentes.

- (A) O hiperlink representa um protocolo de comunicação responsável pelo transporte dos dados entre dispositivos conectados à Internet.
- (B) O domínio presente no endereço eletrônico corresponde ao mecanismo responsável por criptografar os dados transmitidos entre o navegador e o servidor remoto.
- (C) O protocolo HTTPS atua como um serviço de resolução de nomes, convertendo automaticamente domínios da Internet em endereços físicos de armazenamento.
- (D) A URL identifica um recurso disponível na rede e pode incluir informações como protocolo de acesso, domínio e localização específica do conteúdo solicitado.
- (E) O navegador substitui integralmente os serviços de rede durante a navegação, assumindo as funções de resolução de nomes e hospedagem das páginas acessadas.

15. A adoção de soluções baseadas em inteligência artificial tem se expandido em órgãos públicos de diferentes esferas governamentais. Ferramentas capazes de gerar textos, resumir documentos, apoiar pesquisas e auxiliar na análise de informações vêm sendo utilizadas para aumentar a produtividade e apoiar atividades administrativas. Nesse contexto, a qualidade dos resultados produzidos por sistemas de IA generativa está diretamente relacionada à forma como as instruções são fornecidas ao modelo.

Considerando os conceitos básicos de inteligência artificial generativa e as técnicas de elaboração de prompts, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica associada à construção de instruções eficazes para obtenção de respostas mais aderentes ao objetivo pretendido.

- (A) A definição clara do contexto, da tarefa esperada e do formato desejado para a resposta tende a aumentar a precisão dos resultados produzidos pelo sistema.
- (B) A utilização exclusiva de comandos extremamente curtos reduz a necessidade de interpretação do sistema e garante uniformidade dos resultados produzidos.
- (C) A repetição sucessiva da mesma instrução substitui a necessidade de detalhamento dos requisitos e assegura respostas equivalentes em diferentes cenários.
- (D) A formulação de solicitações genéricas elimina ambiguidades de interpretação e favorece a produção de conteúdos especializados e contextualizados.
- (E) A especificação de restrições e critérios de saída reduz a capacidade de processamento do modelo e compromete a qualidade das respostas geradas.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Aduz o Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE (Resolução nº 783/2026) que a designação ou nomeação de servidores para funções essenciais à gestão de contratações, tais como agente de contratação, equipes de apoio, gestor e fiscal de contratos, fica condicionada à verificação prévia de integridade e de impedimentos legais. A verificação abrangerá, no mínimo:

- (A) Declaração prévia e individual do servidor, antes de integrar equipe de planejamento, comissão, subcomissão, equipe de apoio, pregoeira, gestão ou fiscalização contratual, quanto à inexistência de impedimento ou à existência de vínculos referidos; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (B) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos cinco exercícios fiscais; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (C) Certidão de cruzamento de informações, com auxílio do Departamento de Gestão de Pessoas, da Central de Contratações e do Departamento de Administração, com cadastros de fornecedores e registros de contratações da Assembleia, a fim de identificar recorrência de relações com potenciais impactos na imparcialidade; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (D) Apresentação, pelo indicado, de declaração de inexistência de impedimentos administrativos, cíveis, eleitorais e penais, incluindo inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (E) Autorização da Comissão Permanente de Ética e Inquérito Administrativo e do Departamento de Gestão de Pessoas, quando houver indícios de conflito de interesses ou descumprimento de dever de declaração; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.

17. Ensina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que a garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento, define corretamente o conceito de:

- (A) Livre acesso.
- (B) Transparência.
- (C) Responsabilização.
- (D) Integridade.
- (E) Qualidade dos dados.

18. Nas lições da Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), o estágio probatório é o triênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público. Sobre o tema, assinala-se corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) O estágio probatório independe do processo seletivo, devendo ser obrigatoriamente supervisionado pela Comissão específica.
- (B) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para aperfeiçoamento do servidor, promovidos pela Administração, serão de participação voluntária, sempre que forem realizados fora do horário regular de serviço.
- (C) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) A avaliação especial de desempenho do servidor será realizada ordinariamente, diante da ocorrência de algum fato dela motivador.
- (E) O servidor em estágio probatório fará jus à ascensão funcional.

19. Resolve a Resolução nº 751/2022 que são atribuições do primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Convocar os suplentes de deputados nos casos de licença ou de vaga; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma do Regimento; dentre outras.
- (B) Decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria-Geral; colaborar na execução do Regimento Interno; dentre outros.
- (C) Fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia; organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos deputados; dentre outras.
- (D) Superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo; receber o deputado que venha prestar compromisso; dentre outras.
- (E) Dirigir a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública na área de segurança da Assembleia Legislativa; substituir o vice-presidente em seus impedimentos e suas ausências; dentre outras.

20. Aduz a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da ALECE) que a gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, será atribuída por Ato da Mesa Diretora aos servidores em efetivo exercício dos cargos/funções em atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, nas unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo, conforme regulado em Ato Normativo. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) A gratificação por execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, integrará a base de contribuição previdenciária e será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que seja comprovado o efetivo exercício do servidor em atividades insalubres e/ou preclusas, por período de 5 (cinco) anos ininterruptos ou 10 (dez) anos intercalados, em caso de utilização das regras de transição para a aposentadoria.
- (B) A gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, corresponderá a 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento base do servidor e será concedida a partir da publicação do Ato concessivo expedido pela Mesa Diretora, com efeitos financeiros a partir da data de protocolo do requerimento.
- (C) Somente poderão ser designados novos servidores para lotação em unidades da estrutura organizacional que possuam atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, mediante voluntariedade do servidor.
- (D) O valor da gratificação de que trata o Regimento dependerá do grau de complexidade das atribuições, conforme os níveis e padrões estabelecidos legalmente.
- (E) O servidor que percebe a gratificação de que trata o Regimento perderá o direito à sua percepção quando afastado das suas funções na unidade administrativa e/ou da atividade considerada insalubre ou preclusa, incluindo-se os casos de aposentadoria, férias e licença para tratamento de saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Os Fundamentos do Serviço Social constituem a base estrutural da profissão no tocante à formação e ao exercício profissional. Assim, entende-se que, no Serviço Social, a atuação profissional é compreendida a partir da indissociabilidade de três dimensões constitutivas. Sobre o tema, pressupõe-se corretamente as dimensões:

- (A) Instrumental, técnico-operativa e deontológica.
- (B) Teórico-metodológico, ético-instrumental e político-organizativo.
- (C) Ético-político, instrumental e técnico-organizativo.
- (D) Ético-político, técnico-instrumental e teórico-operativo.
- (E) Teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

22. A prática profissional deve ser compreendida como uma unidade entre teoria, ética e ação, frente às demandas e requisições postas pelos espaços sócio-ocupacionais. A capacidade da profissão de produzir respostas concretas às demandas sociais, articulando conhecimentos, valores, competências e meios de intervenção, que expressa a própria capacidade de intervenção do Serviço Social na realidade social refere-se à:

- (A) Ética profissional.
- (B) Questão Social.
- (C) Dimensão técnica.
- (D) Instrumentalidade.
- (E) Articulação teoria e prática.

23. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social é um tema muito estudado no âmbito da formação e do exercício profissional, devido ao seu contexto sócio-histórico. Sobre o tema, devemos observar corretamente que a Reconceituação se deu:

- (A) No cenário mundial.
- (B) No contexto latino-americano.
- (C) Especificamente no Brasil durante a década de 1960.
- (D) Apenas na região sudeste em função do Método BH.
- (E) Exclusivamente na região Sul e Norte do Brasil.

24. Os Conselhos Regionais de Serviço Social aplicam penalidades aos infratores de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.662/1993. Entre essas penalidades, tem-se a multa. Sobre essa questão, devemos observar corretamente que a multa se trata de:

- (A) Do valor escolhido pelo CRESS, independente do preço.
- (B) Exclusivamente cinco vezes a anuidade vigente.
- (C) Um valor fixado a partir da escolha do Agente Fiscal responsável.
- (D) No valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente.
- (E) No máximo uma vez a anuidade vigente.

25. A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil e estabelece suas competências, atribuições privativas, requisitos para o exercício profissional e a organização do sistema CFESS-CRESS. Devemos observar corretamente que:

- (A) A supervisão de estágio em Serviço Social é uma obrigação, cabendo ao profissional somente aceitá-la.
- (B) Qualquer profissional da área de Ciências Humanas pode exercer legalmente a profissão de Assistente Social, independentemente de formação específica ou registro profissional.
- (C) A elaboração de pareceres, laudos e perícias sociais não constitui atribuição do Assistente Social segundo a Lei nº 8.662/1993.
- (D) A Lei atualmente incorpora a jornada de 30 horas semanais para Assistentes Sociais, incluída posteriormente pela Lei nº 12.317/2010.
- (E) A supervisão direta de estágio em Serviço Social pode ser realizada por qualquer profissional da equipe multiprofissional.

26. Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social. Essas afirmações referem-se às (aos):

- (A) Princípios e diretrizes.
- (B) Atribuições privativas do Assistente Social.
- (C) Competências profissionais.
- (D) Procedimentos e atribuições.
- (E) Objetivos gerais.

27. Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos; fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região; e expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa, compete à (ao):

- (A) Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
- (B) Conselho Federal de Serviço Social.
- (C) Conselho Regional de Serviço Social.
- (D) Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado.
- (E) Federação Nacional de Assistentes Sociais.

28. O Código de Ética do/a Assistente Social possui 11 princípios fundamentais que norteiam a profissão, que estabelecem que o/a assistente social deve atuar com base em valores e princípios fundamentais. Pressupõe-se corretamente que é um princípio fundamental a:

- (A) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- (B) Promoção da união da categoria e o desenvolvimento do Serviço Social como ciência e profissão.
- (C) Avaliação de políticas públicas e programas sociais.
- (D) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção da ordem societária vigente capitalista, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
- (E) Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.

29. O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social é um dos pilares do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, expressando os compromissos com a classe trabalhadora brasileira. Sobre o tema, devemos observar corretamente que:

- (A) O Código de Ética de 1993 autoriza práticas morais pessoais quando justificadas por convicções religiosas ou institucionais, representando a consolidação da renovação crítica da profissão.
- (B) O Código de Ética de 1993 estabelece a neutralidade política do assistente social como princípio fundamental.
- (C) O Código de Ética de 1993 reconhece a liberdade como valor ético central da profissão, e sua versão atualizada passou por mudanças procedidas que foram relativas à modificação de nomenclatura, substituindo o termo “opção sexual” por “orientação sexual”.
- (D) O Código de Ética de 1993 defende que o assistente social deve evitar posicionamentos sobre desigualdades sociais e direitos humanos.
- (E) O Código de Ética de 1993 atualiza o Código de 1986 devido à necessidade de pensar a doutrina social da igreja católica e a sua relação com a profissão.

30. O Serviço Social brasileiro teve vários Códigos de Ética ao longo de sua história, refletindo as transformações da profissão e da sociedade brasileira. Assinale a alternativa correta que trata de uma característica e informação que se refere ao Código de Ética de 1993.

- (A) Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, encerrando valores sociais inestimáveis, como honestidade e verdade.
- (B) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- (C) Constitui ponto pacífico exigir-se que uma profissão satisfaça os seguintes requisitos essenciais: conjunto de conhecimentos organizados, constantemente ampliado e aprimorado, e de técnicas especiais baseadas no mesmo.
- (D) As profissões envolvem elementos indispensáveis à composição do bem total humano, encerrando valores sociais inestimáveis, como honestidade e verdade.
- (E) Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais, formas de vinculação do homem à ordem social e expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade.

31. O debate da Questão Social apreende fortemente a formação e o exercício profissional no Serviço Social, tendo em vista que a profissão atua diretamente sobre os seus impactos e consequências. Sobre o tema, devemos observar corretamente que:

- (A) A questão social é objeto de trabalho dos mais variados profissionais inseridos nas políticas públicas, dissolvendo-se em questões sociais mais amplas.
- (B) O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a questão social, sendo que ela não é apenas um “problema social” isolado ou um sinônimo de pobreza.
- (C) As políticas sociais possibilitam superar a questão social no capitalismo, por isso a profissão se insere hegemonicamente na via do Estado.
- (D) A questão social existe de forma independente do modo de produção capitalista e permanece inalterada nas relações sociais contínuas nas sociedades.
- (E) A questão social é resultado de falhas individuais e de escolhas pessoais dos trabalhadores, levados a responder às necessidades do desenvolvimento do capitalismo.

32. O tema da Questão Social leva a se pensar sobre o processo sócio-histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro. Houve um momento em que o Estado tratava as greves, as reivindicações e os movimentos sociais não como lutas por direitos políticos, mas como ameaças à ordem pública e à segurança nacional, em que a questão social era “um caso de polícia”. Diante do exposto, esse contexto refere-se à (ao):

- (A) Período neodesenvolvimentista na atualidade.
- (B) Período Colonial (1500 – 1822).
- (C) Primeira República (1889 – 1930).
- (D) Brasil Império (1822 – 1889).
- (E) Nova República (1985 – Atualidade).

33. No desenvolvimento do Estado Novo e na industrialização e urbanização, tem-se a expansão da classe trabalhadora e das tensões das lutas sociais, em que o Estado passa a intervir mais intensamente nos conflitos entre capital e trabalho. Nesse período, o Serviço Social se institucionalizou no Brasil, fortemente influenciado pela (o):

- (A) Revolução industrial inglesa.
- (B) Corrente anarquista.
- (C) Doutrina social da Igreja Católica.
- (D) Movimento operário revolucionário.
- (E) Influência cristã e evangélica.

34. Consiste na realização de atendimento no espaço de moradia dos usuários, permitindo compreender aspectos da dinâmica familiar, condições habitacionais, vínculos sociais e contexto territorial. Possibilita ao profissional apreender aspectos da realidade que dificilmente seriam identificados apenas no atendimento institucional. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à (ao):

- (A) Anamnese.
- (B) Atendimento domiciliar.
- (C) Entrevista social.
- (D) Visita domiciliar.
- (E) Visita institucional.

35. É uma técnica utilizada para discussão coletiva de demandas, planejamento de ações, avaliação de serviços, trabalho interdisciplinar e mobilização de usuários. Serve para planejar ações, avaliar resultados, discutir casos, alinhar fluxos de trabalho institucionais e promover a reflexão coletiva. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à (ao):

- (A) Webinar.
- (B) Reunião.
- (C) Encontro.
- (D) Entrevista coletiva.
- (E) Acolhida.

36. O Serviço Social possui uma relação de organicidade com a questão social, a qual se constitui no objeto de intervenção da profissão. Sobre o tema, devemos observar corretamente que o Serviço Social no contexto da Questão Social:

- (A) Surgiu para superar o capitalismo no contexto da necessidade de enfrentamento e administração das expressões da questão social.
- (B) Tem a sua gênese marcada na expansão das classes populares, que intensificam as lutas sociais no cenário feudal do capitalismo brasileiro dependente.
- (C) Tem a sua matéria-prima evocada nas expressões que podem ser superadas pela prática profissional, derrotando o capitalismo nas microrrelações sociais.
- (D) Se institucionalizou a partir das lutas de classes que se intensificaram na república velha, frente ao acelerado desenvolvimento urbano-industrial.
- (E) Surgiu e se institucionalizou com forte influência da Igreja Católica e da doutrina social cristã, quando o Estado passou a desenvolver políticas trabalhistas e assistenciais.

37. Os instrumentos e técnicas do Serviço Social constituem mediações para a operacionalização das intervenções nos processos de trabalho em que se inserem as/os Assistentes Sociais. Sobre o tema, pressupõe-se corretamente que a articulação integrada entre diferentes políticas públicas (saúde, assistência, educação, entre outras), para o atendimento integral das necessidades sociais, refere-se à:

- (A) Instrumentalidade.
- (B) Multidisciplinaridade.
- (C) Articulação em rede.
- (D) Interdisciplinaridade.
- (E) Descentralização das políticas.

38. O Poder Legislativo estadual é exercido pelas Assembleias Legislativas e, no Distrito Federal, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esses órgãos possuem determinada organização e funções. O legislativo dos estados é responsável por:

- (A) Criar, alterar e revogar leis de interesse do estado e acompanhar as ações, contas e o uso do dinheiro público por parte do Poder Executivo.
- (B) Executar políticas públicas, administrar secretarias estaduais e realizar obras de infraestrutura.
- (C) Executar o orçamento público e administrar os recursos arrecadados pelo estado.
- (D) Aplicar penas judiciais, resolver conflitos entre cidadãos, administrar secretarias estaduais e realizar ações sociais por conta do Poder Executivo.
- (E) Criar, alterar e revogar leis profissionais e administrar entidades político-organizativas.

39. É uma técnica de diálogo profissional utilizada para conhecer a situação social dos usuários, identificar demandas, coletar informações e construir estratégias de intervenção. Pode ocorrer de forma individual, familiar ou coletiva. Exige planejamento, execução e registro. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à (ao):

- (A) Entrevista.
- (B) Anamnese.
- (C) Visita institucional.
- (D) Questionário.
- (E) Acolhida.

40. É um processo desenvolvido para informar, esclarecer e fortalecer acerca do acesso a direitos, políticas públicas e recursos sociais. É uma prática socioeducativa fundamental para apoiar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, envolvendo escuta, mediação e encaminhamentos. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à (ao):

- (A) Entrevista estruturada.
- (B) Benefício social.
- (C) Acolhimento.
- (D) Orientação social.
- (E) Recomendação.

41. É a opinião fundamentada que o assistente social emite sobre a situação estudada. Tal opinião estará baseada na análise realizada e desta deverá conter os aspectos mais pertinentes, pois são eles que darão sustentação sobre uma situação específica. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à (ao):

- (A) Parecer social.
- (B) Plano de trabalho.
- (C) Plano de atendimento individual.
- (D) Visita domiciliar.
- (E) Relatório e laudo social.

42. É um instrumento que integra um sistema de registro que deve conter dados de identificação relativos à história do usuário/ indivíduo, com informações de material sigiloso, cujo acesso é facultado apenas aos profissionais envolvidos no atendimento. É documento técnico e legal de uso obrigatório. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente ao:

- (A) Diário.
- (B) Relatório.
- (C) Código de Ética.
- (D) Laudo.
- (E) Prontuário.

43. Analisam projetos de lei e temas específicos (Constituição e Justiça, Saúde, Educação, Finanças, entre outras). São órgãos técnicos, responsáveis por analisar, debater e emitir pareceres sobre projetos de lei antes de seguirem para votação. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente às:

- (A) Comissões Permanentes.
- (B) Mesas diretoras.
- (C) Comissões de Fiscalização Profissional.
- (D) Mesas plenárias e diretoras.
- (E) Comissões Temporárias ou Especiais.

44. Presta assessoria jurídica ao Poder Legislativo. É o órgão jurídico responsável pela representação judicial, consultoria e assessoramento legal. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à (ao):

- (A) Procuradoria da Assembleia.
- (B) Defensoria pública.
- (C) Conselho Regional de Serviço Social.
- (D) Escola do legislativo.
- (E) Câmara legislativa.

45. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, organiza essa política pública no âmbito da proteção social, integrando a Seguridade Social brasileira. Sobre a PNAS, pressupõe-se corretamente que ela:

- (A) Integra o sistema de seguridade social na lógica da privatização dos serviços e programas sociais.
- (B) Tem seus serviços executados prioritariamente pela Proteção Social Básica, enquanto a Proteção Social Especial é responsável apenas por atividades administrativas e de gestão.
- (C) Organiza seus serviços por faixas de renda, visando superar as questões sociais e o modo de produção vigente, promovendo a proteção social.
- (D) Integra o sistema de seguridade social apenas os trabalhadores que contribuem regularmente para o seguro social.
- (E) Não exige contribuição prévia do cidadão e tem como foco a proteção social, organizando a política pública por níveis de proteção social.

46. O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é a rede que organiza a Assistência Social no Brasil, visando garantir proteção social aos cidadãos. Devemos observar corretamente que, entre outros, o SUAS oferta:

- (A) Programas e Serviços de Saúde à população em situação de rua.
- (B) A Vigilância Epidemiológica e a Proteção Social Básica.
- (C) A Proteção Social Básica e o Serviço de Pronto Atendimento.
- (D) O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e a Vigilância Epidemiológica e Socioassistencial.
- (E) O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

47. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é a diretriz normativa de 2004 que organiza a Assistência Social. Ela estabelece as bases e regula o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É correto afirmar que o SUAS:

- (A) Deve priorizar ações emergenciais e filantrópicas.
- (B) É um programa temporário do governo federal, podendo ser adotado ou não pelos estados e municípios conforme sua conveniência administrativa.
- (C) Organiza as ações da assistência social em todo o território nacional.
- (D) Depende de comprovação de contribuição previdenciária, cabendo essa avaliação à União por meio do Cadastro Único.
- (E) Organiza ações emergenciais de caráter filantrópico em resposta aos desastres socioambientais.

48. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é um documento regulamentado pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Sobre a Tipificação, devemos observar corretamente que ela divide os serviços da Assistência Social em:

- (A) Quatro grandes níveis de atenção primária.
- (B) Dois níveis de atenção.
- (C) Três níveis de atenção.
- (D) Dois grandes níveis de complexidade.
- (E) Quatro grandes níveis de complexidade.

49. Destina-se à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários. Tem como público-alvo famílias em situação de vulnerabilidade e beneficiários de programas sociais. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à:

- (A) Atenção primária e secundária.
- (B) Proteção Social de Atenção Básica.
- (C) Proteção Social Básica.
- (D) Proteção Social Especial.
- (E) Proteção Social Terciária.

50. Destina-se a famílias e indivíduos que já vivenciam situações de risco pessoal ou social. Responde às demandas de violência doméstica, violação de direitos, trabalho infantil, medidas socioeducativas em meio aberto. Oferece apoio especializado a indivíduos e famílias que tiveram direitos violados, mas mantêm seus vínculos familiares e comunitários ativos. Devemos observar que as afirmações se referem corretamente à:

- (A) Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- (B) Atenção Social do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
- (C) Atenção primária da Proteção Social de Média complexidade.
- (D) Atenção primária do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
- (E) Proteção Social Básica de Média Complexidade.

51. São espaços institucionais de participação e controle social que reúnem representantes do governo e da sociedade civil, constituindo órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, responsáveis por acompanhar, fiscalizar e contribuir para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. A partir desse contexto, a descrição refere-se às (aos):

- (A) Conselhos representativos de categorias profissionais.
- (B) Encontros nacionais de categorias profissionais.
- (C) Fóruns municipais.
- (D) Conselhos de Políticas Públicas.
- (E) Conferências e audiências.

52. A participação popular consiste na intervenção direta da população nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. São espaços que refletem esse viés, as (os):

- (A) Associações, sindicatos, conselhos, empresas e entidades.
- (B) Conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, fóruns e movimentos sociais.
- (C) Ministério público, câmaras de vereadores, prefeituras e empresas do terceiro setor.
- (D) Organizações da sociedade civil e do terceiro setor.
- (E) Conselhos de políticas públicas, conferências, ministérios e secretarias de governo.

53. A dimensão investigativa no Serviço Social é amplamente discutida como uma dimensão estruturante do trabalho profissional. Nesse íterim, o exercício profissional do Serviço Social é estruturado em dimensões constitutivas e indissociáveis. Devemos observar corretamente que:

- (A) A dimensão teórico-metodológica refere-se ao conjunto de teorias, métodos e referenciais críticos que permitem ao assistente social compreender, interpretar e analisar a realidade social.
- (B) A dimensão ético-política diz respeito à forma social da profissão aparecer e no tocante à instrumentalidade e à instrumentação técnica.
- (C) A dimensão técnico-operativa substitui o uso de teoria, pois se baseia em técnicas de atendimento e preenchimento de formulários padronizados, tendo a realidade como base empírica na lente do marxismo.
- (D) A dimensão técnico-operativa substitui o uso de teoria, sendo voltada para a neutralidade profissional e imparcialidade absoluta.
- (E) A dimensão ético-política refere-se à defesa de direitos, sendo voltada para a neutralidade profissional e imparcialidade absoluta.

54. O controle social é a participação ativa da sociedade no acompanhamento e fiscalização da administração pública. Trata-se de um tema de fundamental importância na atualidade. Sobre o assunto, pressupõe-se corretamente que o controle social permite que:

- (A) A sociedade se distancie das políticas públicas.
- (B) A sociedade acompanhe e fiscalize a execução das políticas públicas, garantindo que a seguridade social promova a superação da questão social.
- (C) A sociedade acompanhe e fiscalize a execução das políticas públicas, garantindo que o cidadão atue ativamente no monitoramento e na avaliação da gestão governamental.
- (D) Haja participação social e popular em todas as esferas da sociedade, com plena e efetiva implicação nas tomadas de decisões públicas e privadas.
- (E) Haja fiscalização e execução das políticas públicas, garantindo que as ações governamentais promovam a superação do modelo de produção capitalista.

55. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é um dos principais instrumentos de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Brasil. Sobre a Lei Maria da Penha, devemos observar corretamente que ela se volta a:

- (A) Proteger mulheres em todas as situações e punir os agressores com medidas assistenciais e psicológicas.
- (B) Prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, garantir assistência integral às vítimas e responsabilizar os agressores.
- (C) Proteger exclusivamente o patrimônio da mulher, sem tratar de outras formas de violência.
- (D) Punir os agressores, não garantindo ações de prevenção ou assistência às vítimas e prevendo medidas protetivas de urgência para resguardar a integridade física.
- (E) Proteger mulheres em situação de violência doméstica e familiar, excluindo situações de violência psicológica, moral, sexual ou patrimonial.

56. Nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação, a violência:

- (A) Psicológica.
- (B) Emocional.
- (C) Estrutural.
- (D) Mental.
- (E) Moral.

57. Nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da:

- (A) União e da sociedade civil, sem mediação das demais esferas e entes públicos.
- (B) Responsabilidade exclusiva da União, não cabendo atuação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (C) União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais.
- (D) União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) Articulação entre os entes federativos, cabendo a cada esfera atuar de forma isolada e independente.

58. O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem:

- (A) Dificuldades de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com barreiras, é obstruída a sua participação plena e efetiva na sociedade.
- (B) Impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) Impedimento de longo e médio prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, independentemente da existência de barreiras, limita sua participação plena e efetiva na sociedade.
- (D) Impedimento que, independentemente da existência de barreiras, limita sua participação plena e efetiva na sociedade, naquele efetivo momento.
- (E) Dificuldades de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que limita sua participação plena e efetiva na sociedade, naquele efetivo momento.

59. Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- (A) As relações interpessoais e preferências profissionais.
- (B) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- (C) Os impedimentos nas funções e estruturas do corpo e a limitação no desempenho de atividades, dispensando a análise dos fatores pessoais e socioambientais.
- (D) Opinião técnica exclusivamente médica, realizada por profissionais da saúde, considerando principalmente os impedimentos nas funções e estruturas do corpo.
- (E) Os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a capacidade produtiva da pessoa no mercado de trabalho e o laudo médico.

60. Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Desse modo, as barreiras são classificadas em:

- (A) Sociais, culturais, pessoais e interprofissionais.
- (B) Arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e profissionais.
- (C) Arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, comportamentais e tecnológicas.
- (D) Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.
- (E) Urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, econômicas, profissionais e tecnológicas.

61. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) é uma importante legislação e ferramenta para a garantia de direitos, com foco na proteção integral, participação social, autonomia, dignidade e acesso a políticas públicas. Assim, devemos observar corretamente que essa legislação é destinada:

- (A) A todas as pessoas que dela necessitarem.
- (B) Às pessoas com idade inferior a 60 anos, garantindo direitos específicos apenas aos idosos economicamente vulneráveis.
- (C) Às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, sendo a família a principal responsável pela efetivação de seus direitos, cabendo ao Poder Público atuação apenas complementar.
- (D) Às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, em que a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público têm o dever de assegurar à pessoa idosa a efetivação de seus direitos.
- (E) Às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, assegurando a efetivação de seus direitos prioritariamente por meio de instituições de longa permanência.

62. A dimensão investigativa é um pilar estruturante da profissão, indissociável da prática. Sobre o tema, devemos observar corretamente que a dimensão investigativa no exercício profissional da/o Assistente Social:

- (A) Só surge na prática profissional, ao encerrar à questão social quando se é propositivo e se supera a desigualdade social.
- (B) Tem como objetivo compreender a realidade social e subsidiar intervenções profissionais qualificadas.
- (C) Responde às demandas profissionais, institucionais e socioterapêuticas, visando subsidiar intervenções profissionais.
- (D) Se projeta exclusivamente à intervenção que foca na superação da questão social.
- (E) Tem caráter fiscalizatório ou policialesco.

63. Nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), a garantia de prioridade compreende a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações, e também:

- (A) A garantia de acesso à rede de serviços de saúde, a liberdade de crença e culto religioso e de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- (B) A prioridade absoluta garante a tramitação preferencial de qualquer processo judicial que envolva interesses de menores de idade, assegurando agilidade no julgamento.
- (C) A garantia de acesso à rede de serviços de saúde e a preferência na formulação e execução de políticas públicas de destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e da juventude.
- (D) A garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais e a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (E) A liberdade de crença e culto religioso e de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

64. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Devemos observar corretamente que o SCFV é ofertado:

- (A) Exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
- (B) Prioritariamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- (C) Exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- (D) Em qualquer local disponível em parceria público-privada.
- (E) Prioritariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

65. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado em grupos e ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias. Sobre o SCFV, pressupõe-se corretamente que:

- (A) Possui caráter preventivo e organiza os participantes em grupos de acordo com o ciclo de vida.
- (B) Os participantes do SCFV são organizados em grupos sem considerar faixa etária e ciclo de vida, tornando a intervenção universal.
- (C) Possui caráter preventivo e organiza os participantes em grupos de acordo com o ciclo de vida, possibilitando a superação da questão social e do modo de produção vigente.
- (D) Ele é ofertado em todas as políticas do tripé da seguridade social.
- (E) Ele é ofertado nas políticas públicas que demandarem parcerias público-privadas para seus respectivos órgãos gestores.

66. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências. Sobre esse conteúdo, devemos observar corretamente que:

- (A) A participação em grupos intergeracionais é permitida no SCFV, a depender da situação, somente para famílias acompanhadas pelo SUAS.
- (B) O ingresso no SCFV ocorre somente mediante encaminhamento judicial, não sendo possível o acesso por meio do acesso espontâneo.
- (C) A participação em grupos intergeracionais é vedada pelas diretrizes do SCFV.
- (D) As diretrizes do serviço permitem e incentivam atividades intergeracionais quando adequadas aos objetivos da Política de Saúde.
- (E) Os usuários do SCFV são organizados em grupos e, para participar do SCFV, o cidadão deve procurar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do seu município.

67. O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) tem fundamental importância no que diz respeito ao acesso à programas e serviços. Pressupõe-se corretamente que este instrumento é:

- (A) Administrado pelos estados e municípios e coordenado pelas organizações da sociedade civil.
- (B) Administrado pelo Governo Federal e gerenciado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.
- (C) Coordenado em nível municipal pelas secretarias dos respectivos estados e municípios.
- (D) Coordenado em nível municipal pelas secretarias dos respectivos estados e municípios e operacionalizado pelas organizações da sociedade civil.
- (E) Coordenado em nível federal pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

68. O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) possibilita o acesso a diferentes programas ofertados pelos estados. São programas que o CadÚnico possibilita o acesso:

- (A) Todos aqueles que envolvem as políticas da seguridade social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social).
- (B) Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Pé-de-Meia, Auxílio Gás, Sistema Único de Saúde e Programa Nacional de Imunizações.
- (C) Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Pé-de-Meia, Auxílio Gás e Minha Casa Minha Vida.
- (D) Programa Pé-de-Meia, Auxílio Gás, Sistema Único de Saúde, Programa Nacional de Imunizações e Minha Casa Minha Vida.
- (E) Programa Pé-de-Meia, Auxílio Gás, Emissão de documentos como RG e certidões, Programa Nacional de Imunizações e Minha Casa Minha Vida.

69. O Cadastro Único permite ao governo conhecer melhor a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda e selecionar beneficiários para diversos programas sociais. Nele são registradas informações como:

- (A) Situação de trabalho e renda, condições da moradia e características do domicílio, preferências pessoais dos integrantes da família e dados bancários do responsável familiar.
- (B) Composição familiar; escolaridade, histórico médico detalhado e antecedentes criminais dos moradores do domicílio.
- (C) Escolaridade, situação de trabalho e renda, condições da moradia e características do domicílio e dados bancários completos.
- (D) Situação de trabalho e renda, condições da moradia e características do domicílio, histórico médico detalhado e antecedentes criminais dos moradores do domicílio.
- (E) Composição familiar; escolaridade, situação de trabalho e renda, condições da moradia e características do domicílio.

70. O debate sobre avaliação de planos, programas, projetos e serviços no Serviço Social apreende a formação e o exercício profissional. A avaliação no Serviço Social é um instrumento crítico e processual essencial para a gestão das políticas sociais. Para sua execução, é fundamental compreender a distinção de escopo entre:

- (A) Projetos (de abrangência micro), planos (temporários) e programas (essencialmente privados).
- (B) Planos (que possuem caráter operacional e restrito), programas (ações micro e temporárias) e projetos (conjunto de ações).
- (C) Programas (que possuem caráter operacional e restrito), planos (instrumentos exclusivamente administrativos) e projetos (ações micro e temporárias).
- (D) Projetos (de abrangência macro e permanência indefinida), planos (instrumentos exclusivamente administrativos) e programas (ações micro e temporárias).
- (E) Planos (diretrizes macro), programas (conjunto de ações) e projetos (ações micro e temporárias).

QUESTÕES DISCURSIVAS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto de cada questão deverá conter a extensão máxima de **20 (vinte)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para a avaliação da questão discursiva.
- As questões discursivas poderão abordar quaisquer conteúdos constantes do programa de conhecimentos específicos dispostos no Anexo II do Edital.

Questão 1



“Um número significativo de questionamentos ao CFESS, sobre o trabalho realizado por assistentes sociais na concessão dos benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suscitou esta Nota Técnica. Registra-se que, em pronunciamentos oficiais de diferentes CRESS, foi identificada a afirmativa de que a concessão de benefícios eventuais é atribuição privativa do/a assistente social, pela necessidade de elaboração de estudo socioeconômico, fundamentada na Lei de Regulamentação da Profissão e no Parecer Jurídico 27/1998, emitido pelo CFESS” (CFESS, 2025).

A Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais na implementação dos benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi elaborada para esclarecer dúvidas sobre a atuação dos/as assistentes sociais na concessão dos benefícios eventuais previstos no SUAS, como auxílio-natalidade, auxílio-funeral e benefícios destinados a situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Considerando a organização e a operacionalização dos benefícios eventuais no SUAS, reflita sobre o papel do Assistente Social nesse processo, discutindo as competências profissionais e os instrumentos técnico-operativos envolvidos na garantia de direitos aos usuários dessa política pública, em um texto dissertativo-argumentativo, redigido no número máximo de linhas estabelecido para a prova.

Questão 2

A/o Assistente Social, enquanto Analista Legislativo, atua no assessoramento técnico especializado no âmbito das assembleias legislativas e câmaras municipais. Essa atuação exige domínio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, contribuindo para qualificar o debate legislativo a partir da realidade social e das expressões da questão social, lembrando que “constituem competências do Assistente Social: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública.” (BRASIL, Lei nº 8.662/1993).

Considerando essa atuação, reflita como esse profissional contribui para a qualificação de políticas públicas e elabore um texto dissertativo-argumentativo, fundamentado nos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e na legislação profissional vigente, redigido no número máximo de linhas estabelecido para a prova.

RASCUNHO - QUESTÃO 1

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO - QUESTÃO 2

1	
5	
10	
15	
20	

